

**ATA N.º 01/2025**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 7 de fevereiro de 2025. -----

----- Aos 7 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de stands;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de um terreno junto ao parque das Sete Fontes;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no edifício da sede da Junta de Freguesia de Tocha;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2024;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A./ Limpeza interior e exterior das instalações das Piscinas Municipais de Cantanhede, bem como a área administrava das mesmas;----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Realização, gestão, promoção e organização da

XXXIII EXPOFACIC – Exposição / Feira Agrícola, Comercial, Industrial de Cantanhede;-----

9 - Relatório de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à requalificação urbana, em 2024 / Para conhecimento;-----

10 - Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes, em 2024 / Para conhecimento;-----

11 - Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento;-----

12 - Declarações de Recebimentos em atraso / Pagamentos em atraso e Declaração de Compromissos Plurianuais, existentes a 31 de dezembro de 2024 / Para conhecimento;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2024;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2025;-----

15 – Apreciação, discussão e votação do Projeto de Investimento da Spast - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A., na Zona Industrial de Cantanhede / Proposta de Cláusulas para a Escritura de Compra e Venda.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta da Sr.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade, que faltou por motivos imponderáveis e inadiáveis de saúde, tendo sido convocada, para a substituir, a Sr.ª Maria Teresa de Jesus

Almeida que comunicou não poder estar presente, pelo que foi ainda convocado o Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira, que não compareceu na sessão. Justificou ainda a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Licínio Manuel de Jesus Patarra, sendo substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Sr.ª Andreia Carolina Ferreira dos Santos Miranda Domingues, bem como, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Sérgio Duarte Oliveira Maia, sendo substituído pelo Tesoureiro, Sr. Reinaldo dos Santos Dinis e ainda do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, sendo substituído pelo Tesoureiro, Sr. Luís Miguel Malva.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à ata n.º 06/2024, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2024, o Sr. Presidente da Mesa informou que pelo facto de ter sido uma sessão muito demorada e ainda pelo facto da presente sessão ocorrer logo no início de mês, não houve tempo para os Serviços a ultimarem pelo que será aprovada na próxima sessão a realizar em abril.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 27 de dezembro 2024 a 06 de fevereiro de 2025, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- Antes de iniciar o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou, que conforme foi enviado em Adenda ao Edital da presente sessão, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pediu a inclusão do Ponto n.º 15 sobre o “Projeto de Investimento da SPAST - Sociedade Portuguesa de Aluguer”, pelo que colocou à consideração da Assembleia a inclusão daquele ponto fora da agenda. Não havendo qualquer objecção por parte dos presentes, colocou então a

votação a inclusão do Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação do Projeto de Investimento da SPAST - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A., na Zona Industrial de Cantanhede / Proposta de Cláusulas para a Escritura de Compra e Venda”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, bem como todos os munícipes que poderiam estar a assistir à primeira transmissão em direto da mesma, fez a seguinte intervenção: *“Sr.^a Presidente da Câmara Dr.^a Helena Teodósio: - 1) Quero felicitá-la vivamente pela sua excelente intervenção no dia 10 de janeiro na apresentação da pós-graduação de integração sensorial da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra. Nessa apresentação foi dado conhecimento da intenção de instalar um Polo Universitário no Rovisco Pais. Felicito também os outros interlocutores que apresentaram o projeto, Dr. Alexandre Lourenço - Presidente da ULS de Coimbra, Prof. Paulo Graciano - Presidente da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra. Não posso esquecer o Prof. Jorge Conde - Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, que não esteve presente neste dia, mas foi das primeiras pessoas a mostrar sensibilidade e abertura a este projeto. A criação de um Polo Universitário em Tecnologias da Saúde no Hospital Rovisco Pais representa um avanço significativo para a Freguesia e para a região. Não é a descoberta da pólvora, é apenas uma decisão lógica e óbvia que já deveria ter sido tomada há muitos anos. Estas Escolas de Reabilitação, junto dos Centros de Reabilitação, existem em todos os países desenvolvidos no mundo e até*



também em Portugal no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão há mais de 50 anos. Falo por experiência própria dado que há 45 anos atrás fui aluno da Escola de Reabilitação de Alcoitão que funcionava integrada no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, ou seja, deslocar os cursos de licenciatura em fisioterapia, terapia da fala, terapia ocupacional, entre outros, para junto dos campos de estágio, é uma decisão lógica e óbvia. Este projeto não só coloca o concelho de Cantanhede e a Freguesia da Tocha no mapa da educação superior, como também reforça o papel do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, como um centro integrado de excelência na saúde. A presença lógica e óbvia de um Polo Universitário das licenciaturas que trabalham no Centro de Reabilitação Rovisco Pais com os campos de estágio ali mesmo à mão, estimula o desenvolvimento do conhecimento técnico e científico, promove a capacitação de profissionais que contribuirão diretamente para a melhoria dos serviços de saúde, tanto localmente, quanto a nível nacional. Além disso, essa iniciativa fortalece a ligação entre o ensino, a investigação e prática clínica. Para a Freguesia e para o concelho, os benefícios são variados. A instalação de um Pólo Universitário das licenciaturas que ali irão trabalhar, atrai estudantes, muitos até da Freguesia e do concelho, atrai professores e pesquisadores, impulsionando a economia local. A chegada de novos moradores e visitantes gera maior dinamismo no comércio, serviços e setor imobiliário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. Paralelamente a colaboração entre o Centro de Reabilitação Rovisco Pais e a Universidade cria oportunidades para que os utentes tenham acesso a tratamentos mais avançados e inovadores, uma vez que os estudos e práticas realizadas no local podem resultar em melhorias diretas na qualidade dos cuidados de saúde. Num panorama mais amplo, o impacto regional de um Pólo Universitário em licenciaturas, em mestrados de fisioterapia, terapia da fala

e terapia ocupacional, entre outros, é inegável. Este Pólo Universitário contribui para a descentralização do ensino superior em saúde, promovendo um equilíbrio no acesso à formação especializada em áreas fora dos centros urbanos. Por outro lado, Cantanhede, que se pode orgulhar de já ter o BIOCONT, ganha ainda mais visibilidade com um polo de inovação e pesquisa atraindo investimentos e parcerias com outras instituições e empresas do setor. Este tipo de iniciativa é um exemplo claro de como a educação, a saúde e o desenvolvimento local podem convergir para gerar benefícios duradouros para toda a sociedade. Termina com uma pergunta à Senhora Presidente, houve já alguma evolução sobre este projeto? – 2) Outro assunto que queria perguntar à Senhora Presidente prende-se com a Tomada de Posição desta Assembleia Municipal na última sessão de 27 de dezembro sobre a Estrada ER 335 3ª fase, que liga a Estrada Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha. Qual o ponto de situação deste processo, Senhora Presidente?” -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns o Município pela sua presença na FITUR 2025 - Feira de Turismo, em Madrid, nos dias 22 a 26 de janeiro, feira dedicada aos profissionais de turismo a nível global. Referiu que a presença de Cantanhede numa Feira daquela magnitude, é sem dúvida um orgulho para qualquer município e mostra o empenho do executivo no futuro do turismo, bem como em fazer chegar Cantanhede ao mundo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, bem como a quem assistia ao direto, deu algumas notas sobre certos assuntos que considerou mais relevantes:

- As Boas Práticas Ambientais de Cantanhede, pelo 14.º ano consecutivo; - Felicitou o Município pela distinção dada pela Associação Bandeira Azul do Ambiente e*

Educação, com a atribuição das insígnias ECO 21, como reconhecimento das políticas municipais e do trabalho executado em prol da área do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Acrescentou que, em 2024, das 61 Bandeiras Verdes ECO 21 concedidas, Cantanhede destacou-se entre os 20 melhores Municípios com os melhores indicadores nas boas práticas ambientais, tendo-se destacado em cinco indicadores considerados como Top+, nomeadamente: A sustentabilidade em zonas balneares com o 5.º lugar, a certificação dos sistemas de gestão, desde toda a gestão municipal até à avaliação dos fornecedores com o 2.º lugar, o que significa que é uma boa prática e que foi valorizada, o Ordenamento do Território dos Espaços Verdes Públicos, o Planeamento e a Requalificação Urbana com o 10.º lugar e a qualidade do ambiente sonoro bem como o Turismo Sustentável com o 3º lugar. Informou ainda que aquela distinção foi atribuída à candidatura conjunta da Câmara Municipal e da INOVA, obtendo ainda bons resultados, em áreas como: ações de sensibilização ambiental, fornecimento de água potável, ordenamento do território e melhorias do espaço urbano. Para além do mérito de tal distinção, referiu ainda que aquele prémio, que monitoriza indicadores e políticas municipais, tem tido ao longo dos últimos anos, uma trajetória de melhoria; - Fez referência ao trabalho complexo a ser efetuado pelo município para a requalificação da rede viária de todo o concelho, informando da assinatura do Auto de Consignação da empreitada de requalificação da rede viária em cinco Freguesias, nomeadamente, na União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e nas Freguesias de Cadima, São Caetano, Ourentã e Febres, com um valor superior a 6.000.000,00€, com prazo de 180 dias, sendo que aquela empreitada, representa uma fase do plano de requalificação da rede viária em curso, com um investimento superior a 3.500.000,00€. Acrescentou que será um longo trabalho, num concelho com mais de 400 km², com intervenções com diferentes fases, uma já em

execução, como no caso da Sanguinheira, Tocha e na União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça e Ançã, e outras ainda em fase de adjudicação como em Murte, na União das Freguesias de Portunhos e Outil, em Sepins e Bolho e estando para breve o lançamento de mais concursos: - Congratulou o executivo, sobre o investimento em mais de 2.000.000,00€ na área da saúde, especificamente na requalificação do Centro de Saúde de Cantanhede, uma obra que será realizada de forma faseada ao longo de 18 meses e sem interrupção dos serviços, sendo financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência-PRR. Acrescentou que inclui melhorias nas fachadas e eficiências energéticas, novos sistemas de aquecimento, ventilação e ar-condicionado. Informou ainda que será construída uma nova Unidade de Saúde Familiar nos Covões e realizadas obras nas USF de Cadima, Tocha, Ançã e nos Polos de Sepins, Murte e Bolho, intervenções que mostram bem quanto o Município se esforça para contribuir para soluções que respondam às necessidades dos cidadãos, otimizando os meios e privilegiando os cuidados de saúde de proximidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão bem como quem assistia online, informou que tinha 3 assuntos para abordar, nomeadamente: - Manifestou o seu regozijo relativamente ao início da requalificação de algumas estradas, recordando da necessidade de chegar ao maior número possível, destacando algumas em Casal dos Netos, Feitoso, Corgo Encheiro e a cidade de Cantanhede, onde existem algumas ruas em estado deplorável; - Procedeu à leitura de um pequeno texto, no sentido de esclarecer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, relativamente à não desagregação da Freguesia de Portunhos e Outil, do seguinte teor: *“Por resposta incompleta ao pedido de*



aperfeiçoamento cinco processos – processo 73 – Cantanhede. União de Freguesias de Portunhos e Outil. Foi solicitado o pedido de aperfeiçoamento por ausência de projeções a 2 anos e do Relatório de Gestão. Resposta: mencionam que remetem as projeções a 2 anos, mas apenas consta a projeção ao ano. Refere o orçamento de 2024, mas não o remetem. Acrescento ainda e contrariando a sua afirmação ocorrida anteriormente nesta Assembleia, que o senhor deputado na Assembleia da República, Eliseu Neves, nada teve a ver com a não aprovação da desagregação, pois o mesmo nem sequer fez parte da Comissão que decidiu sobre esta matéria. Mais, na votação final o Chega votou contra e o PSD e o PS abstiveram-se, ou seja, o seu próprio Partido podia ter viabilizado e não o fez, portanto, estamos perante uma situação de passa culpas, quando na realidade a culpa é inteiramente sua por não ter feito chegar atempadamente a documentação necessária, apesar de solicitada.”; - Relativamente à insegurança na vila da Tocha, gerada pela Comunidade Cigana que se encontra a residir no extremo do Concelho de Montemor-o-Velho, paredes meias com o concelho de Cantanhede e que frequenta a localidade da Tocha no seu quotidiano, referiu que àquela situação já originou agressões e tentativas de furto/roubo, algumas consumadas, obrigando a que, quer os CTT, quer a Cooperativa, tenham contratado segurança privada. Acrescentou que todas aquelas ocorrências deram lugar a sobressaltos, receios e crispções sociais. No entanto, anteriormente já havia problemas gerados por aquela Comunidade, que se agravaram notoriamente depois da chegada recente de uma família oriunda de Viseu que esteve envolvida nos acontecimentos ocorridos no Palácio do Gelo, em 2024, dos quais resultou um tiroteio provocando feridos e um homicídio. Atendendo àqueles factos, sugeriu que deveriam em comunhão de esforços com a GNR, o Município de Montemor-o-Velho e eventualmente outras entidades, tentar criar medidas que restrinjam aqueles

comportamentos por parte daquela comunidade cigana. Informou finalmente que o Partido Chega está a diligenciar junto da população local um eventual abaixo-assinado e outras medidas que se revelem ajustadas na resolução daquele problema, nomeadamente, tendo iniciado reuniões com o Sr. Comandante Territorial da GNR da Região Centro, Coronel Videira, com o Comandante do Destacamento da GNR de Cantanhede e Posto da GNR da Tocha, pois a situação urge ser estancada a bem da paz social na localidade da Tocha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, bem como, quem assistia através das redes sociais, informou que, relativamente a alguns assuntos referidos anteriormente, sobre os quais não foi questionada, congratulou-se por tudo o que foi referido, sendo sempre importante, que se manifeste o agrado das intervenções e dos investimentos que o Município faz. Passou de seguida a comentar e a responder às intervenções anteriores: - Relativamente ao evento que *apresentou a pós-graduação de integração sensorial da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra*, do Instituto Politécnico de Coimbra, que decorreu no Rovisco Pais, durante o qual foi celebrado um protocolo entre aquela Escola Superior, a Câmara Municipal e a ULS de Coimbra, referiu que o projeto já está no terreno, e já começaram as aulas relativas à pós-graduação com 65 alunos. Considerou muito importante, o facto de não ser só uma assinatura de intenções, mas algo que já estava concretizado, já que a própria Escola de Tecnologia de Saúde desenvolveu todo o procedimento para poder avançar com as licenciaturas referidas e informando que o objetivo é que essas aulas comessem já no próximo ano letivo 25/26, aguardando-se as autorizações da tutela. Referiu que o executivo já solicitou a presença de representantes do Governo, de Sr.s Ministros ou de Secretários de Estado, para

presencialmente, poderem constatar as potencialidades que existem neste Pólo extraordinário do Rovisco Pais, que tem uma área enorme, com algumas construções com condições para serem recuperadas e reconvertidas em salas de aula, que presentemente, estão acauteladas para a área da pós-graduação. Informou finalmente que ainda precisam da autorização necessária, mas acredita, que brevemente, haja algum dado mais concreto, porque o processo já está no terreno, não sendo apenas um processo de intenções, porque além das pós-graduações, passará a ter licenciaturas e depois mestrados; - Relativamente ao ponto de situação da variante que ligará à Zona Industrial da Tocha, referida na última Assembleia Municipal, quando foi transmitido, um desacordo relativamente a pareceres emitidos pela APA e CCDR que não estavam na mesma linha que a Câmara entendeu que deviam estar, o mesmo foi transmitido de viva-voz à Sr.ª Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, ficando esta de reanalisar com as pessoas ligadas àquelas áreas na própria CCDR, e que o Sr. Vice-Presidente já tem também uma reunião agendada, para o efeito. Recordou que aquela aprovação já está contemplada no PDM, não fazendo sentido agora a alteração do traçado da estrada, criando alguma dissonância relativamente ao que já estava definido. Informou ainda que foi enviado um ofício, descrevendo todo o processo desde a origem da construção, à Direção das Infraestruturas de Portugal e ao Ministro da Coesão, ao qual foi solicitada uma reunião presencial que já tem data marcada, para analisar alguns casos no concelho de Cantanhede, mas também sobre o problema daquela estrada. Brevemente, espera, que da reunião decorra a confirmação da validação daquelas entidades, para aquele traçado, porque antes de ser lançado o concurso que já está preparado, é preciso lançar todo o procedimento para a aquisição dos terrenos, que sem a aprovação daquelas entidades não se pode diligenciar, se o mesmo não tiver perfeitamente

definido. Afirmou que continuara a lutar, para que daquela reunião haja luz verde para avançar com o referido processo; - Relativamente à questão colocada pelo Sr. Ulisses Salvador, embora algumas perguntas não lhe tinham sido dirigidas, informou que, relativamente à questão da insegurança na vila da Tocha, todo o processo está a ser acompanhado, e que está sinceramente satisfeita pela forma como a Junta de Freguesia se empenhou naquela situação. Recordou que, existe uma comunidade de etnia cigana em Montemor, paredes meias com a Tocha, de onde grande parte das crianças e jovens frequentam Escolas no concelho de Cantanhede. Acrescentou que a situação tem estado controlada, tendo surgido esta nova fase com outros elementos pelo que tem estado em contato com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, e as diligências que têm sido feitas. Salientou que, relativamente aos Comandos da GNR de Cantanhede, da Tocha e de Montemor, aqueles profissionais têm estado no terreno, a fazer o seu trabalho com a necessária descrição, apesar haver a consciência que a situação existe, estando todo o processo a ser acompanhado dentro das normas legais. Referiu ainda que a população está com alguma apreensão, devido a alguns acontecimentos muito negativos, mas consequentemente, também tiveram o apoio das forças de segurança e que aguarda que, brevemente, o Município de Montemor-o-Velho informe relativamente às questões colocadas pelo município e pela Junta de Freguesia acerca da fixação de novos membros daquela Comunidade, se é uma fase temporária ou se voltarão ao seu local de origem. Mais uma vez elogiou o trabalho que tem estado a ser feito pela Junta de Freguesia, de forma muito discreta em ligação com o município e informou que no dia anterior, tinha decorrido na Câmara uma reunião com os responsáveis dos Correios acerca de situações alvo de alguma apreensão, para que se diligenciem as cautelas que têm de ser feitas e as medidas a serem tomadas; Relativamente à

questão colocada sobre a requalificação das estradas informou que o presente mandato tem investimentos acima dos 10.000.000,00€ em tapete e que, como todos sabem, o Concelho é muito grande, tendo tido as intervenções necessárias em termos de água e saneamento em algumas localidades, que já tiveram essa mesma intervenção há vários anos, sendo necessário fazer a recuperação de condutas, sendo um trabalho que não é tão divulgado. Sobre o porquê de uma estrada não estar a ser intervencionada, alegou que quem gere dinheiros públicos tem que ter em linha de conta alguns procedimentos, dando como exemplo, que não fazem qualquer intervenção sem questionar a Administração da Inova se tem programadas intervenções no corrente ano ou até no ano seguinte, nesse caso, por mais má que a estrada esteja, podem ser feitas correções, mas não se faz uma intervenção a fundo, no entanto se a INOVA tiver um plano para daqui a 5 ou 10 anos, então será feita a intervenção por parte do Município nas estradas que assim o exigirem.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, bem como, quem assistia através dos meios telemáticos, recordou a sessão de abertura do 25.º Ciclo de Teatro Amador do concelho de Cantanhede, cuja organização do Município de Cantanhede sucedeu a muitas iniciativas por todo o concelho e que contou com a apresentação do espetáculo *"lar, doce lar"*, a partir da obra *"o que importa é que sejam felizes"* de Luísa Costa Gomes, com encenação de António Pires e a participação da conterrânea Maria Rueff e de Joaquim Monchique. Acrescentou ter sido uma oportunidade para um grandioso espetáculo, marcando significativamente o início da jornada de sessões cénicas a apresentar nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2025. Afirmou que o Município de Cantanhede fomenta e estimula a ancestral prática das artes de palco,

reconhecendo desta forma a importância do movimento associativo na dinâmica sociocultural local, traduzindo a identidade cultural do Concelho. Finalizou informando que serão 38 sessões ao longo dos meses citados, com 18 grupos participantes e cerca de 400 agentes diretos, pelo que felicitou e congratulou o executivo municipal pela continuação do Ciclo de Teatro Amador do concelho de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, bem como, aos demais ouvintes das redes sociais, enalteceu em primeiro lugar o dia extremamente importante e histórico para a Assembleia Municipal com a transmissão online da Assembleia, traduzindo-se na afirmação de que Cantanhede defende intransigentemente a democracia participativa. Referiu que foi uma proposta lançada pela Bancada do Partido Socialista em 2021, e que as demais bancadas acompanharam por unanimidade. Recordou que foi constituído um grupo de trabalho para elaborar o Regulamento para a transmissão online e agradeceu a colaboração inestimável da Bancada do PSD e do Chega na elaboração do mesmo, o contributo dos técnicos da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Realçou de seguida, que a transmissão online das sessões é muito importante por várias razões: - Para dar visibilidade a um órgão muito importante, que aprova as linhas de orientações da política concelhia e que está esquecido pela maior parte da população que não lhe dá o devido valor, dando visibilidade aos seus participantes, possibilitando a participação ativa da população, aproxima os cidadãos dos Órgãos políticos concelhios, pelo que considera estarem todos de parabéns, porque a transparência deve nortear a atuação dos políticos. - Referindo-se de seguida ao depósito de resíduos celulósicos de inertes numa pedreira da Pena, do qual teve conhecimento pela comunicação social, informou estar extremamente preocupado, tal



como a sua bancada, que partilham das preocupações que já foram apresentadas em reunião de Câmara pelos senhores Vereadores do Partido Socialista. Acreditando que a Câmara Municipal fez as demandas necessárias e alertando que poderá estar em causa um crime ambiental, colocou as seguintes questões: - Quando teve conhecimento daqueles factos? O que foi feito? O que vai a Câmara Municipal fazer para aferir da responsabilidade daquele facto? Finalmente, voltou a referir-se ao estacionamento indevido em frente ao passeio da Escola Marquês de Marialva, informando que tem conhecimento da elaboração de um abaixo-assinado pela comunidade escolar no sentido de apelar à Câmara Municipal de Cantanhede a resolução da situação, que considera vergonhosa e que não se resolve com civismo, sugerindo, uma vez mais, a colocação de pinos na zona limite do passeio, para impedir que os carros estacionem e questionando acerca do que a Câmara Municipal fará para resolver aquela situação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Manuel Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da Tocha o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, abordou o assunto da insegurança na Tocha e fez o ponto da situação em relação à Junta de Freguesia da Tocha. Referiu que a insegurança na Tocha, notou-se a partir dos finais de dezembro, com a chegada de pessoas estranhas à freguesia, perturbando a vida quotidiana de todos. Informou, de seguida que, após ter tido conhecimento do que se estava a passar, fez chegar a informação e a preocupação junto das entidades competentes, nomeadamente, à GNR com conhecimento aos Postos da Tocha e de Cantanhede e ao Comando Distrital de Coimbra e à Câmara Municipal de Cantanhede. Acrescentou que, a partir daí houve uma grande preocupação, que foi bem visível pela comunidade da Tocha, com o acompanhamento pelas Forças de Segurança a cavalo, a pé, de motociclos, e a

deslocação do Destacamento de Intervenção. Acrescentou que, foi pedido que os mercados ao domingo fossem acompanhados, tendo havido uma grande resposta da GNR que conseguiu acalmar a situação no Largo da Tocha. No entanto, a situação não estava resolvida e continuava a preocupar bastante todos os envolvidos pelo que, em meados de janeiro, foi reforçado o pedido a GNR para que não levantassem a guarda, o que se manteve. Referiu ter tido conhecimento de alguns acontecimentos, embora, muitas das vezes tenha havido algum aproveitamento da situação e algum exagero, mas também há situações em que as pessoas não querem dar a cara, por terem algum receio, mas têm feito um acompanhamento muito próximo. Referiu terem algumas ideias de como se poderá tentar resolver o problema, mas é necessário o envolvimento da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que já foi contactada, porque aquela comunidade está naquele concelho. Reforçar que devem ter uma atuação, mas com alguma descrição, o que tem sido feito, com acompanhamento de proximidade junto do comércio local, tendo-se pedido às pessoas que tenham alguma calma e que façam chegar toda a informação que acharem interessante, para que seja remetida às entidades competentes para se tentar resolver a situação. Finalmente, referiu que a preocupação é de todos, mas muito da Junta de Freguesia da Tocha e de toda a sua comunidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Euclides Vinagreiro, Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Câmara municipal o início dos melhoramentos na rede viária da sua freguesia que estava mesmo a necessitar, que foi planeado e cumprido. Esclareceu que estão englobados naqueles melhoramentos uma Rua da Sanguinheira, em Freches, no Feitoso, em Casal dos Netos e na Gesteira, conforme estava combinado. De seguida, recordando que houve um caso complicado na sua



Freguesia de uma Senhora que desapareceu e que, infelizmente, não terminou da melhor maneira, agradeceu à Câmara Municipal, aos Bombeiros de Cantanhede, à Proteção Civil e à GNR todo o apoio e o empenho que manifestaram naquela altura. Relativamente à questão da insegurança na Tocha, uma vez que tem lá a sua empresa, e na qualidade de empresário, realçou o empenho da Junta de Freguesia da Tocha, uma vez que foi visitado pelo seu Presidente para saber se tinha tido alguns problemas. Referiu que tem porta aberta, entrando obviamente pessoas, tendo até chegado a lá entrar um senhor de etnia cigana como qualquer outra pessoa e sem qualquer problema. Enalteceu também o trabalho da GNR que tem efetivamente feito um bom acompanhamento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente, Helena Teodósio, a qual também aproveitou para realçar a importância do Ciclo de Teatro, e do momento da abertura, que foi de qualidade. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Abel Carapeto, informou que tiveram conhecimento da situação do depósito referido em meados de janeiro, e apesar de ter havido algumas diligências particulares, nomeadamente do Vereador do PS, o que interessa são todas as medidas institucionais que foram tomadas, sendo que é a própria CCDR a autoridade que valida toda aquela área, estando a aguardar a resposta daquela entidade. Referiu que houve algumas deslocações, no entanto, como se trata de propriedade privada, a fiscalização não tem responsabilidades nem pode intervir naquela área, apesar de, em termos ambientais, ser uma situação que preocupa, esperando assim que a CCDR diga se a Câmara pode fazer algum tipo de diligências. Contudo, referiu aguardar que a CCDR diga o que está licenciado e se tudo o que está a acontecer está a ser analisado, e caso seja ilegal, naturalmente, terá as suas consequências referindo ainda que logo que tenha essa informação, a mesma será transmitida; - Relativamente

à questão do estacionamento e do abaixo-assinado da comunidade educativa referido, eventualmente dos pais, referiu que são exatamente alguns dos mesmos que ocupam os passeios e provocam o incómodo. Acrescentou todos saberem que por muita sensibilização que se possa fazer, há sempre os que não cumprem, não sabendo se valerá a pena, porque a Escola Segura também costuma estar por lá, mas referiu que, se for esse o entendimento, o Sr. Vereador, Adérito Machado, que tem o Pelouro do Trânsito poderá auscultar a própria GNR no sentido de saber se a questão dos pinos é a solução certa. Não sabendo se alguns Membros da própria Assembleia têm responsabilidades na área do ensino, e se faz ainda algum sentido, pois decerto, já sensibilizaram imensos pais, sendo recorrente, pelo que os pais que estão preocupados, tal como os funcionários e os professores podem também fazer mais pressão para que as pessoas tenham esse mesmo cuidado e esse civismo. Acrescentou que, se realmente se constatar que não resulta, terão de se tomar medidas mais drásticas, apesar de não ser o ideal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - “Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara”:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 2, 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 2 – “Apreciação,**



discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de stands"», ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de um terreno junto ao parque das Sete Fontes», ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos» e o Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no edifício da sede da Junta de Freguesia de Tocha».-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou: - Relativamente ao **Ponto n.º 2**, trata-se de uma atribuição de subsídio à Freguesia de Febres para aquisição de stands para o serviço da comunidade daquela Freguesia, pelo valor de 5.000,00€, conforme já aconteceu com outras Freguesias; - Relativamente ao **Ponto n.º 3**, trata-se de uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, para aquisição de terrenos junto ao Parque das Sete Fontes. Recordou, de seguida que, a zona do Parque das Sete Fontes tem vários terrenos que também já foram adquiridos, um campo de jogos, um mini mercadinho, zona de refeições com churrasqueiras, mesas e um Bar que está concessionado pela Freguesia. Informou de seguida que, o terreno a adquirir tem 1.200,89 m² e o valor de 1.800,00€; - Relativamente ao **Ponto n.º 4**, trata-se de uma atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha, destinado a compartilhar a aquisição de um empilhador, de uma roçadora, de um escadote, de um gerador e de um soprador pelo valor total de 10.583,85€, sendo o apoio correspondente a 30%, conforme é habito, no montante de 3.175,16€; - Relativamente ao **Ponto n.º 5**, trata-se de uma atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha, para obras no edifício da sede da Junta de Freguesia, que, conforme todos sabem, habitualmente neste tipo de apoio para reestruturação e requalificação das

Sedes das Juntas, o município paga a totalidade sendo que, no caso concreto, as obras tiveram um valor de cerca de 3.415,03€, sendo o valor do subsídio.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de stands”**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de um terreno junto ao parque das Sete Fontes»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no edifício da sede da Junta de Freguesia de Tocha»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2024»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que esta isenção de taxas foi solicitada



pela União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, sendo relativa à organização da passagem de ano de 2024 e tem um valor 37,74€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 6**
- «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2024», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A./ Limpeza interior e exterior das instalações das Piscinas Municipais de Cantanhede, bem como a área administrava das mesmas»**;

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, a INOVA nas suas competências tem áreas que são reguladas pelas entidades reguladoras, como a ERSAR, no caso da água, do saneamento e dos RSU e tem outras áreas não reguladas, tais como a limpeza urbana, os transportes urbanos e os espaços verdes que já foram presentes para aprovação na última Assembleia. Informou, de seguida que, na presente sessão, estão para aprovar um contrato-programa a celebrar com a INOVA, no valor de 203.760,00€ que vai ser pago em 12 prestações mensais, relativamente à limpeza interior e exterior das instalações das Piscinas Municipais, e também para o apoio na área administrativa.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7**
- «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento

Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A./ Limpeza interior e exterior das instalações das Piscinas Municipais de Cantanhede, bem como a área administrava das mesmas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Realização, gestão, promoção e organização da XXXIII EXPOFACIC – Exposição / Feira Agrícola, Comercial, Industrial de Cantanhede»;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual também recordou que a INOVA prossegue a realização da EXPOFACIC, que consiste na realização, gestão, promoção e organização da Feira, sendo os trabalhos realizados por via de prestação de serviços externos, mas também com a utilização da parte da administração direta, e essas atividades que, como sabem, são por exemplo, os gastos com montagens em todo o espaço da exposição, os gastos dos espetáculos, os meios audiovisuais, a publicidade e a comunicação, o aluguer de estruturas, a segurança, os trabalhos especializados, a alimentação, os consumíveis e outros gastos inerentes à própria realização. Recordou ainda que há uma parte da instalação que o município assume, nomeadamente, as tasquinhas, os stands institucionais das Juntas de Freguesia, toda a parte institucional e o artesanato, assim como parte das transmissões de rádio ou televisão, alguma publicidade. Esclareceu, finalmente que o contrato-programa a celebrar dispõe que, no caso de haver um resultado negativo, o município à semelhança do que acontece com os outros contratos-programa, assume essa mesma verba e no caso de haver um resultado positivo, a INOVA transfere esse valor para o município. -----



----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 8**
- **«Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Realização, gestão, promoção e organização da XXXIII EXPOFACIC – Exposição / Feira Agrícola, Comercial, Industrial de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 9 - «Relatório de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à requalificação urbana, em 2024 / Para conhecimento»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a palavra deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, com a ajuda de uma projeção multimédia, apresentou o relatório feito pelos Serviços do município durante o ano de 2024, relativo às intervenções que as Juntas de Freguesia fizeram no seu território ao abrigo dos contratos interadministrativos celebrados, destinados à requalificação urbana, que se traduz em materiais e mão de obra, destinados a passeios, muros e outro tipo de intervenções, sendo trabalhos que são feitos com um enorme valor nas Juntas de Freguesia. Recordou que a requalificação urbana é da responsabilidade do município, mas com a celebração do contrato-programa, a responsabilidade é assumida pelos Presidentes das Juntas de Freguesias para efetuarem uma grande parte daquelas intervenções.-----

----- Interrompeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informando que de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, a Assembleia, no momento, não está a ser transmitida no site do Município, mas sim no YouTube, dando de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, a qual continuou a comentar a apresentação por Freguesias. Entretanto, enquanto decorria a apresentação, referiu que, apesar dos valores serem definidos por Freguesia no início, através do contrato-programa, sempre que é solicitado mais material para alguma intervenção, desde que o município ainda o tenha em concurso, esse material é fornecido, por ser uma ajuda a cada Freguesia. Referiu ainda que as imagens falam mais do que as palavras, sendo de referir o grande trabalho dos Presidentes de Junta no local, que está à vista.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 10 - «Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes, em 2024 / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que esta área também florestal é coordenada pelo Eng.º Hugo Oliveira enquanto o anterior foi coordenado pelo Eng.º Carlos Santos. Referiu que, quando é elaborado o presente relatório, os Serviços dão a indicação de eventual manutenção inexistente, quando não houve qualquer intervenção ou requalificação do espaço, quando os espaços estão em mau estado de conservação, os que estão em razoável estado, em bom estado ou em excelente estado. Acrescentou ser um controlo importante, porque como é evidente, salvaguarda todas as posições, uma vez que sendo um acordo de colaboração celebrado com as Freguesias, que detêm a competência a questão dos espaços verdes, a verba que o Município recebia da parte do Estado é transferida para as Freguesias, sendo reforçado, porque o valor transferido não dava para fazerem aquela mesma manutenção.-----



----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 11** - «Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento»;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr. Vereadora, Célia Simões, a qual, apos cumprimentar todos os presentes, recordando ser um ponto para conhecimento, com a ajuda de PowerPoint, para ser mais fácil de visualizar, apresentou os documentos em causa. Apresentou as suas desculpas pelo facto de terem enviado um novo relatório para poderem analisar, porque a Comissão Nacional fez *upgrades* na base de dados e de registos e, portanto, à data da realização do Relatório, no final de janeiro, os dados ainda não estavam atualizados, porque houve alguns erros na migração dos dados e tiveram de ser retificados. Recordou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens funciona em duas modalidades, a Modalidade Restrita e a Modalidade Alargada, sendo que esta última, funciona para desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para os mais jovens e é composta por representantes do Município, da Segurança Social, da Educação, da Saúde, das Associações Desportivas, Culturais e Recreativas, de cidadãos eleitores, da GNR e de três membros cooptados, pertencendo alguns daqueles elementos à Comissão Restrita. Acrescentou que a Comissão Alargada funciona mensalmente e a Comissão Restrita reúne de 15 em 15 dias, sendo nesta última que são distribuídas todas as situações e sinalizações que são feitas, porque já são de facto situações que merecem toda a atenção e cuidado para que a criança não fique em perigo. Informou que os dados constantes nas tabelas e mapas do relatório enviado para conhecimento a 30/01/2025 apresentava erros, porque a aplicação informática apenas considerava o que estava registado a 31 de

dezembro, que, entretanto, foram corrigidos na aplicação informática contendo agora os números corretos. Esclareceu que os erros detetados eram, na sua maioria, a duplicação de registos de processos em virtude da transferência de outras CPCJ, e de processos abertos sem conter toda a informação relevante para a sua caracterização. Referiu, de seguida que: - Em 2024 foram acompanhadas 257 situações, constando um total de 254 processos com instrução, porque os que chegam no final do ano e que não necessitam de intervenção imediata e urgente, passam para o ano seguinte; - Que se dá entrada diariamente de todas as sinalizações, mas só na Comissão Restrita é que são distribuídos; - Que foram 252 processos sujeitos a ações e medidas e acompanhamento, porque dois foram arquivados, um foi remetido a Tribunal e dois foram para outras CPCJ, porque já não se justificava estarem nesta; - Relativamente aos jovens residentes no concelho de Cantanhede, informou representarem 17% da população, nomeadamente, 7134 dos 0 aos 24 anos e dos 0 aos 4 anos são menos; - Que os 252 processos que foram acompanhados correspondem a uma percentagem de 3,53 da população residente no nosso concelho, sendo acompanhados no corrente ano 2024 jovens dos 11 aos 14 anos e dos 15 aos 17 anos, maioritariamente do sexo masculino; - Que relativamente à nacionalidade, são maioritariamente portugueses, seguindo-se os brasileiros e depois uns desconhecidos porque a nova plataforma não obriga a que se registe a nacionalidade, mas também por erro de quem está a fazer o registo ou ainda porque não migraram alguns dos dados; - Que se permitiu a continuação do registo, porque efetivamente eles não são desconhecidos, existindo nas escolas do Concelho 34 nacionalidades com as quais nada se verifica, porque não são sinalizados; - Relativamente ao número de processos por Freguesia, referiu ser o expectável, nas maiores existem mais processos acompanhados, e nas menores existem menos,



sendo a que tem mais processos a Freguesia de Cantanhede e Pocariça com 64 processos acompanhados, seguida da Freguesia da Tocha, de Cadima, de Febres e finalmente de Ançã, enquanto Vilamar e Corticeiro de Cima e Portunhos e Outil apenas têm 1; - Que são várias as razões das sinalizações daqueles 257 jovens, sendo maioritariamente violência doméstica, com 74 registos, seguindo-se os comportamentos graves e anti sociais e ou indisciplina por parte da criança ou do jovem, a negligência ou falta de supervisão e acompanhamento por familiar e finalmente o absentismo escolar; - Que as entidades sinalizadoras, maioritariamente são as forças de segurança, os estabelecimentos de ensino, os estabelecimentos de saúde, e 25 sinalizações anónimas que chegam e que são todas verificadas; - Que lhes são atribuídas um número, é avaliada a situação, se é verdadeira ou se não é verdadeira, e depois é acompanhada como deve ser; - Que a população do concelho está muito atenta, e está muito envolvida na melhoria das condições e do menor perigo possível para os nossos mais jovens; - Que agradece muito às Escolas e à GNR por todo o seu envolvimento que é a mais-valia da CPCJ de Cantanhede; - Que as medidas que estão do ano passado já entram no ano de 2024, e os que decorrem em 2024 são 59 medidas de apoio junto dos pais, que relativamente ao apoio familiar foram 3, que o acolhimento residencial foram apenas dois; - Salientou que a CPCJ não existe para retirar meninos a ninguém, existe para ajudar, para colaborar na formação e na educação dos mais jovens, de modo a que sejam pessoas mais felizes e que vivam com mais respeito e mais dignidade; - Que 2 acolhimentos residenciais, foram solicitados pela pessoa que estava responsável por aqueles para melhorar a educação do seu educando; - Que as entidades com competência na matéria, que articularam com a CPCJ na área da infância e juventude foram o Município, a Segurança Social, as Escolas, os Serviços de Saúde, as Forças de Segurança, as

Juntas de Freguesia, as IPSS, as Associações Desportivas e Recreativas, as Associações de Pais e as Associações de Jovens, sendo que toda a comunidade faz a diferença; - Relativamente às atividades existiam no Plano de Atividades para 2024, e que vai continuar a ter no ano 2025, informou que assentaram na prevenção e no Projeto Adélia, sendo atividades que são realizadas e que se propõem a realizar, mas que podem mudar, desde que seja necessário outra ação ou outra temática, não sendo um plano fechado, que se pode fazer ao longo do ano consoante a necessidade para o bem-estar dos mais jovens; -Que relativamente às ações de sensibilização que foram feitas aos Técnicos das Escolas, das IPSS, da Saúde houve uma grande abertura para receber formação; - Salientou e enalteceu as Comissárias que têm sido incansáveis; - Relativamente à EXPOFACIC, referiu que, cada vez mais existem pessoas a quererem chegar-se ao Stand no sentido de questionar, de saber ou de participar sem medo nas atividades que são propostas, o que é uma grande mais-valia e um motivo de regozijo; - Que no Dia da Criança, se realizam muitas atividades e muitas ações de sensibilização; - Que o Município continua com o Selo Protetor das Escolas e também de algumas IPSS, salientando a IPSS da Tocha que tem sido exemplar para cuidar de tudo o que é necessário para que os jovens estejam bem, em articulação com a Escola e a educação. Finalmente, agradeceu a todos os que colaboram diariamente, às Comissárias, ao Município que disponibiliza sempre tudo aquilo que é necessário, a todos os Professores, a todas as entidades da Saúde e à GNR.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêro, o qual, deu uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que estão envolvidas naquele processo, quer na Comissão Alargada, quer na Comissão Restrita. Acrescentou que, de facto, é um trabalho de grande valor, um trabalho difícil, e apesar



de o acompanhar à distância, reconhece que é um trabalho extremamente difícil e muito sensível. De seguida, questionou se existem dados relativos à evolução do número de processos ao longo destes últimos anos, sobre quais as grandes dificuldades sentidas por todas as pessoas que estão envolvidas naquele processo e sobre o que falta para melhorar as condições de trabalho naquelas situações?-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, também referiu ser um trabalho extremamente importante e sensível sendo bom que, anualmente, se faça o Balanço do Ano, sendo um assunto que realmente faz com que as transmissões das Assembleias deem mais visibilidade a todo aquele trabalho e uma de maior divulgação do mesmo para que as pessoas tirem as suas próprias ilações sobre o tema. Acrescentou ser, de facto, um trabalho meritório devendo todos expressarem os mais sinceros agradecimentos de apreço a todos os que diariamente contribuem para o funcionamento daquela Comissão, desde os técnicos, aos voluntários que são em grande quantidade e às entidades parceiras, pela sua entrega, dedicação e profissionalismo. Agradeceu também o esforço e empenho de todos pelo trabalho notável, na busca de soluções eficazes a quem mais precisa, prevenindo situações de maior risco, permitindo um crescimento mais sustentável e seguro das crianças e dos jovens no concelho, sendo um trabalho que faz toda a diferença, quer das crianças e dos jovens, quer das famílias de todas aquelas crianças e jovens do concelho, para que elas possam viver e crescer cada vez mais bem protegidas. Relativamente ao número de processos de acompanhamento de crianças e jovens que decorreram em 2024, conforme foi referido, representam 3,71% da população do concelho, sendo a maioria dos jovens entre os 11 e os 17 anos., sendo que foram acompanhados 265 processos, que representam cerca de 3,94% de aumento face ao ano anterior, o que

comparativamente aos dados de 2019, se verifica uma tendência clara de crescimento do número de casos de acompanhamento o que é preocupante. Reforçou que, de facto, tem havido uma tendência de crescimento, sensivelmente sempre com as mesmas causas, destacando-se a violência doméstica na maioria do sexo feminino, o que é preocupante, porque de 2020 a 2024 o número de casos de violência doméstica quase que duplicou, sendo lamentável e grave. Por tal facto, considerou que se deveria dar uma mensagem a todos os que ouvem que estão bem seguros, porque apesar de estarem a fazer um excelente trabalho, existem sinais de alerta que levantam uma questão. Assim, perante o número de casos crescente, questionou se a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens continua a dispor dos meios necessários para dar a cabal resposta que todos merecem.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Vereadora, Célia Simões, agradecendo tudo o que foi dito e referindo que, efetivamente, o número de processos tem vindo a aumentar, conforme os gráficos que foram apresentados. No entanto, verifica-se que as pessoas estão mais despertas, pois houve mais ações de sensibilização e as pessoas têm menos medo de referenciar, existindo também quem o faça de forma não identificada. Acrescentou ser muito bom que a Comunidade esteja muito atenta, devendo agora o trabalho ser melhorado, sendo necessárias mais pessoas e mais elementos para trabalhar os processos, tanto na Comissão Alargada, como na Restrita. Acrescentou ainda que tal facto está a ser transmitido à Comissão Nacional, até porque as mesmas pessoas que já estão há 9 anos têm de sair, sendo nesta altura que se sentem mais bem capacitadas para ficar mais algum tempo. Referiu, de seguida que, quando se substitui uma pessoa, por exemplo, da Educação, a adaptação não é intuitiva, nem é fácil, pois existem regras e formas de atuação, porque estão a lidar com situações muito melindrosas, com jovens, pais, mães e são famílias, sendo importante que

leiam, compreendam e façam formações, apesar de haver coisas que não estão nos livros. Finalizou afirmando que, se houvesse mais disponibilidade por parte das entidades para disponibilizar pessoas, era de facto uma grande mais-valia para a CPCJ de Cantanhede.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 12 - «Declarações de Recebimentos em atraso / Pagamentos em atraso e Declaração de Compromissos Plurianuais, existentes a 31 de dezembro de 2024 / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, decorrente da Lei n.º 22/2015, pela qual se deverá declarar e identificar todos os pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro, apresenta-se a declaração de recebimentos em atraso a naquela data, salientando tem um valor de cerca 600.553,44€, a maior parte proveniente das comparticipações do programa Portugal 2020 e PRR com 488.000,00€, de acordos de Colaboração da DGESTE, ou de comparticipações provenientes do Orçamento de Estado que são os valores maiores, para além de outras situações pontuais e residuais, como do mercado e das feiras ou de publicidade. Esclareceu que, relativamente ao fornecimento de refeições das famílias, o valor da dívida tem vindo a descer bastante, nomeadamente graças à tramitação através das Finanças, mas no momento, pela utilização do programa Siga do pré-pago, sendo as refeições pagas antecipadamente, deixando de ter o problema que teve durante tantos anos. Relativamente à Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2024, que se refletem nos anos seguintes, referiu ser um reflexo dos investimentos de tudo o que está a decorrer para o ano de 2025 em cerca de 21.000.000,00€, e cerca de 3.000.000,00 para 2026, 2027, 2028 e seguintes. Acrescentou que, no próximo ano

aqueles compromissos irão alterar-se, porque outros serão executados e terão efeitos nos anos seguintes. Relativamente à declaração de pagamentos em atraso existentes por parte do município a 31 de dezembro, transmitiu que o Município de Cantanhede não tem qualquer dívida a fornecedores em atraso.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2024»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2025, relativamente à integração do saldo de execução orçamental, alguns dos presentes na sessão se recordam que, noutros tempos, esse saldo só era incorporado aquando da Prestação de Contas, no entanto, no momento, a Lei já permite que aprovando a demonstração do desempenho orçamental de 2024, o mesmo seja já incorporado. Apresentando de seguida a Prestação de Contas, referiu que o mapa mostra que o Município tem mais receita do que despesa e que o aumento da receita foi de cerca de 3.000.000,00€, resumindo as execuções orçamentais, pelo que se solicita que se possa fazer a incorporação do saldo de gerência no orçamento.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2024»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da 1.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2025»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que decorrente da aprovação da

demonstração do desempenho orçamental, onde o saldo vai ser incorporado por recurso a esta 1.ª revisão orçamental, existem situações urgentes que têm de ser indicadas pelo que, nesta revisão houve a inscrição de novas rubricas, tanto na receita, como na despesa. Informou que, na receita, decorrente de uma nota informativa da Direção-Geral das Autarquias Locais e decorrente da criação por parte do governo do IMT Jovem, que irá reduzir valores à receita dos Municípios a rubrica do IMT será desdobrada para o IMT normal, que se continua a receber, e para a compensação do IMT Jovem que o Governo, entretanto, está a fazer chegar. Agradeceu, de seguida, que esta Assembleia de fevereiro fosse nesta data, porque havia necessidade relativamente às candidaturas da Estratégia Local de Habitação de fazer essa inserção nesta alteração modificativa, que tem a ver com os projetos de habitação a custos acessíveis, à alteração e reabilitação de 15 frações para a constituição de 24 fogos, em Cantanhede, à alteração e reabilitação/ampliação do edifício para habitação multifamiliar de 3 fogos e à homologação das candidaturas para a remodelação das Unidades de Saúde de Ançã, Bolho, Cadima, Febres, Murte, Sepins e Tocha. Informou ainda que foram reforçadas as inscrições nas rubricas do Plano de Recuperação e Resiliência, no valor de 38.129,00€ para 2025 e de 30.771,00€ para 2026 e na outra rubrica a seguir o aumento de 2.203.361,00€ para o ano de 2025 e de 1.041.763,00€ para o ano de 2026. Informou que, houve inscrição de novos valores em diversas classificações, ao nível da indústria comércio e serviços, essencialmente no que respeita à venda de terrenos para a zona industrial em 1.247.382,00€ e ainda a incorporação do saldo de gerência em 2.414.949,83€, conforme já foi referido. Relativamente à despesa, informou que também foram criadas rubricas funcionais novas, a transferência no âmbito de projetos de parceria na área da saúde e o Regulamento Municipal de Apoio para Aquisição de Bens

Alimentares. Ao nível das rubricas que estavam nas Grandes Opções do Plano, no classificador que estava relacionado com a Ação Social, direcionado mais especificamente para a área da habitação, informou que foi considerada a criação das seguintes rubricas nesta área funcional mais adequada, nomeadamente, a aquisição de imóveis para Estratégia Local de Habitação, o programa de Apoio ao Acesso à Primeira Habitação 1º Direito, que é para famílias com mais carências, e o Parque Público de Habitação a custos acessíveis. Por último, informou que foram ainda renomeadas algumas rubricas funcionais, porque o nome que tinham em orçamento não coincidia com o nome que estava na candidatura a ser submetida, concretamente, a Requalificação e Modernização da Escola Básica da Tocha, a Requalificação e Modernização do Jardim de Infância da Póvoa da Lomba, a Requalificação e Modernização da Biblioteca Municipal de Cantanhede, a Requalificação e Ampliação de Espaço Multiusos 360, concretamente, o local onde está o pavilhão do Clube de Futebol "Os Marialvas" que, sendo obras que vão ser intervencionadas e são candidatas ao PRR ou ao Portugal 2030. Finalmente, referiu que nesta primeira Alteração Modificativa, resulta uma inscrição de novos valores em diversas classificações, representando da parte da despesa corrente um impacto no montante de 1.532.175,00€, na despesa de capital de 4.371.646,00€, verificando-se um aumento global de 5.903.821,83€. Frisou que a regra do equilíbrio orçamental está cumprida porque continua a verificar-se que a diferença entre o somatório da despesa corrente, com o valor médio das amortizações dos empréstimos a médio e longo prazo, apresentou um saldo positivo de 2.624.099,93€, de acordo com as regras impostas. Referiu, finalmente que, grande parte das alterações, têm a ver com a submissão de inúmeras candidaturas, de algumas obras que já estão a decorrer e de todos os trabalhos que estão a ser feitos pelas equipas do Município, no sentido de

Cu

poder submeter o máximo de candidaturas, porque considera ser um dever, de todos e de Portugal, que as verbas europeias sejam utilizadas em tudo o que é necessário para o desenvolvimento do Concelho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2025»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação o Sr. Rogério Marques procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Social Democrata, do seguinte teor: *“A primeira Revisão Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano 2025, procede à inscrição de receitas e de despesas não previstas no orçamento e da qual resultou um aumento global da receita e despesa em mais de 5.000.000,00 de euros. Trata-se de um documento provisional da Câmara municipal de Cantanhede para o ano 2025, simultaneamente económico e político cuja elaboração, execução implicou um enorme esforço, seja pelas estreitas margens orçamentais definidas em consequência de determinações legais, seja ainda pela necessidade de garantir receita que permita concretizar investimentos e obras capazes de alavancar mais desenvolvimento económico e social no concelho. Naturalmente isso obriga a uma palavra de apreço para com toda a equipa técnica responsável pela sua elaboração, assim como pela exatidão e justiça que os decisores políticos lhe procuraram imprimir. Nesta Primeira Alteração Orçamental foram inscritas novas rubricas, outras rubricas foram reenumeradas e inscritas, e reforçar as verbas tanto na receita como na despesa, continuando este documento a refletir uma lógica de desenvolvimento levado a cabo pelo Município, com investimentos pensados para os próximos anos e mantendo a*

sua sustentabilidade financeira. Deste documento destacam-se os seguintes aspetos:

1º - no lado da receita, destaca-se o reforço proveniente da homologação da candidatura da Estratégia Local de Habitação, nomeadamente no que diz respeito aos projetos de habitação custos acessíveis, alteração e reabilitação de 15 frações para constituição de 24 fogos, e alteração e reabilitação e ampliação do edifício para habitação multifamiliar, na persecução de uma estratégia de desenvolvimento concelhio na área da habitação. 2º - Saúda-se o Município pelo reforço das rubricas decorrentes da homologação da candidatura para remodelação das Unidades de Saúde de Ançã, Bolho, Cadima, Febres, Murtede, Sepins e da Tocha, na melhoria dos cuidados de saúde e de maior proximidade para com todos os munícipes. 3º - O Município continua atento às oportunidades dos programas de apoio da União Europeia, designadamente ao PRR destinados a promover o desenvolvimento do concelho. Neste sentido, o Município reforça rubricas do Plano de Recuperação e Resiliência para 2025 e 2026 em mais de 3.000.000,00 de euros para acomodar os investimentos previstos na área da saúde, da educação, da habitação e infraestruturas. 4º - Destaca-se o aumento das dotações orçamentais ou inscrições de novos valores em diversas classificações para a indústria, comércio e serviços no montante superior a 1.2 milhões de euros respeitante à venda de terrenos que não se encontravam contemplados no orçamento, dando assim continuidade ao desenvolvimento económico do concelho e peça chave para a criação de emprego e consequentemente atração e fixação de pessoas e mais bem-estar das nossas populações. 5º - No lado da despesa para além de criadas novas rubricas funcionais no âmbito de projetos de parcerias na área da saúde e do Regulamento Municipal de Apoio para aquisição de bens alimentares, também foram renomeadas algumas rubricas funcionais de modo a uniformizar com a designação da candidatura a



formalizar na Requalificação e Modernização da Escola Básica da Tocha, na Requalificação e Modernização do Jardim de Infância da Póvoa da Lomba, na Requalificação e Modernização da Biblioteca Municipal e finalmente na Requalificação e Ampliação do Espaço Multiusos 360º. 6º - Com inscrição de novos valores em diversas classificações, leva a que esta Primeira Alteração Orçamental Modificativa apresente um aumento de 1.5 milhões de euros na despesa corrente e na despesa de capital a quantia superior a 4.3 milhões de euros verificando um aumento global do orçamento da despesa e da receita no montante de 5.9 milhões de euros. 7º - Com esta 1ª Alteração Orçamental Modificativa, a sustentabilidade financeira do Município continua a estar assegurada, uma vez que a regra de equilíbrio orçamental é largamente cumprida gerando mesmo um excedente de 2.6 milhões de euros, entre a diferença da receita corrente e o somatório de despesa corrente com o valor médio dos reembolsos de empréstimos a médio longo prazo. Pelo exposto, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Cantanhede, vota favoravelmente à Primeira Revisão Alteração do Orçamento Modificativo ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2025.”-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação do Projeto de Investimento da Spast - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A., na Zona Industrial de Cantanhede / Proposta de Cláusulas para a Escritura de Compra e Venda»;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Sérgio Fernandes apresentasse o presente ponto. Informou, no entanto, que, a Sociedade Portuguesa de Aluguer e de Serviço de

Têxteis, mais conhecido por ELIS, pretende implementar uma lavandaria industrial na Zona Industrial de Cantanhede, o que tem vindo a ser já analisado, já há bastante tempo e que tem muitas condicionantes. Referiu tratar-se de uma área de 35.800m², com o valor do terreno de cerca de 317.000,00€, já com pareceres da APA, e de todas as outras entidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Sérgio Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que aquela unidade fabril pretende instalar-se na Zona Industrial de Cantanhede, tendo por finalidade de investimento a instalação de uma lavandaria industrial, composta por três fases, a primeira que se prende com a lavagem de fardas de trabalho e de tapetes industriais, a segunda com um aumento da capacidade para a lavagem das fardas e daqueles tapetes, e uma terceira com inclusão de tratamento e lavagem de roupa proveniente da atividade hoteleira. Acrescentou estimar-se um investimento a rondar os 15.000.000,00€ e na terceira fase a criação de 120 postos de trabalho, dados que foram reportados pela empresa. Informou, de seguida que a unidade irá instalar-se na Zona Industrial de Cantanhede, na estrada que vai para a Varziela, entre a Maçarico, S.A. e a Ecep, Ld.^a e que o investidor identificou ali alguns fatores críticos de sucesso para a concretização do investimento, nomeadamente, ao nível de fornecimento de água e também ao nível de tratamentos de efluentes. Relativamente ao nível do fornecimento da água, atendendo a que a Empresa Municipal não terá capacidade para fornecer a totalidade do consumo necessário para a terceira fase, o investidor já iniciou um procedimento junto da APA para promover a obtenção da aprovação e licenciamento para furos de captação de água. Relativamente ao nível do tratamento de efluentes, informou que também estão já a decorrer negociações, quer com as Águas do Centro



Litoral, quer com a Agência Portuguesa do Ambiente, para os efluentes produzidos nas fases 1 e 2 seguirem para o coletor das Águas do Centro Litoral enquanto, para a 3ª fase, o investidor terá de construir uma Estação de Tratamento de Águas Residuais industriais, para que, depois dos efluentes tratados, seguirem pelo curso normal da água. Sendo pretensão do Município proceder de imediato à aquisição do lote, o investidor indagou o Município para aquelas duas preocupações que se revertem essencialmente a dois níveis: - Estar pendente de licenciamentos e autorizações emanadas por entidades externas, questionando o Município no caso de algumas das autorizações ou licenciamentos não serem concedidos pelos organismos públicos, da possibilidade de o Município reverter o lote pelo preço pago na escritura; - Atendendo aos prazos que estão fixados no Regulamento para o início da construção da obra e como este investimento carece de licenciamento de entidades terceiras, da possibilidade desses prazos serem adiados. Acrescentou que essas questões foram submetidas à Reunião de Câmara e agora veem à Assembleia para aprovação. Esclareceu que, relativamente à reversão do lote, o Regulamento das Zonas Industriais é omissivo relativamente a essa questão, daí que se propõe aceitar que o lote seja revertido, devolvendo o Município a totalidade do valor escriturado, no caso de a empresa não conseguir os respetivos licenciamentos e autorizações por causas imputáveis a terceiros e não à própria empresa. Acrescentou que, a cláusula de reversão excecional caduca por duas situações: - Se a empresa iniciar qualquer tipo de construção no lote, independentemente de ter ou não todas as autorizações; - Se não forem cumpridos os novos prazos fixados. Relativamente aos prazos, informou que se propõe que o início de construção ocorra até após um ano da celebração da escritura e que a construção da primeira fase ocorra no prazo de 540 dias após a celebração da escritura. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêro, o qual agradeceu a explicação, no entanto solicitou o esclarecimento de algumas dúvidas: - Relativamente à questão do fornecimento de água, apesar dos Olhos da Fervença ser um ponto de fornecimento de água da empresa, foi dito que provavelmente, não terá a capacidade necessária, sendo intenção de fazer um furo. Tal facto não irá implicar nenhum problema do ponto de vista ambiental? Estará isso salvaguardado e/ou garantido? Relativamente à construção da ETAR, porque está prevista na 3ª fase e não logo no início para que as águas a serem tratadas serem dirigidas para a ETAR de Cantanhede? A ETAR de Cantanhede tem capacidade técnica para fazer o tratamento daquelas águas? Há alguma implicação do ponto de vista ambiental de contaminação dos lençóis freáticos? Perante estas questões ambientais considera que devem ser muito bem esclarecidos, apesar dos investimentos para Cantanhede serem bem-vindos.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que as negociações com aquelas entidades já decorrem há vários anos e que essas questões foram cauteladas sendo que, logo à partida a Empresa Municipal definiu qual o nível que pode fornecer, daí a questão do furo, porque a partir da 3ª fase, há uma maior exigência em consumo de água e não se pode pôr em risco qualquer fornecimento de água. Acrescentou que a Empresa já solicitou à APA a construção do furo, e só em função dessa aprovação é que pode avançar, não podendo avançar se não tiverem essa aprovação. Relativamente à questão da ETAR, com a 3ª fase já terá outro tipo de fase de industrialização, solicitou que o Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Sérgio Fernandes, prestasse a informação complementar.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Sérgio Fernandes que, para a 1ª e 2ª fase, os efluentes vão ser descarregados

diretamente no emissário das Águas do Centro Litoral, portanto, não vão sequer passar nos emissários da INOVA, depois entram no emissário das Águas do Centro Litoral, na ETAR que está a ser concluída nas Cochadas, estando a decorrer negociações entre a APA, a Águas do Centro Litoral e o investidor que pretende ficar salvaguardado, não só e para ter garantias de funcionamento na primeira ou na segunda fase, mas para a globalidade do projeto. Relativamente à questão da construção da ETAR na terceira fase, informou que face aos caudais produzidos, querem ter a garantia de que com a construção da ETAR, não haja problemas daqui a 3, 4 anos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação do Projeto de Investimento da Spast - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A., na Zona Industrial de Cantanhede / Proposta de Cláusulas para a Escritura de Compra e Venda»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Deixou ainda uma última palavra, em nome da mesa, agradecendo a todos os membros da Assembleia Municipal pela forma como decorreu a Assembleia, a primeira que teve transmissão pública pelas redes sociais e acredita ter dignificado o Órgão Deliberativo. A título de curiosidade, referiu as competências da Assembleia Municipal,

no Regimento aprovado no início deste mandato, como por exemplo: - No limite podem votar uma moção de censura à Câmara Municipal, enquanto Órgão Fiscalizador e Órgão de Acompanhamento, sendo extremamente importante; - Aprova as opções do plano e propostas de orçamento, as taxas do município; - Deliberam em matéria de exercício dos poderes tributários, fixando anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis; - Autorizam as contratações de empréstimo, aprovam planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do Município; - Autoriza a Câmara a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis; - Delibera sobre as formas de apoio às freguesias no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - Autoriza a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, e entre a Câmara Municipal e as entidades intermunicipais; - Autoriza a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução; - Aprovar os mapas de pessoal; - Delibera sobre a afetação ou desafetação de bens de domínio público municipal; - Autoriza a geminação do Município com outros Municípios; - Autoriza os Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoios financeiros; - Acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara Municipal. Informou serem algumas das muitas atribuições da competência da Assembleia Municipal, e ser prática no Município de Cantanhede, desde há muitos anos, a presença constante do executivo municipal nas sessões da Assembleia, Municipal, o que não acontece em todos os Municípios, pelo que deixou uma palavra de satisfação ao atual executivo pela forma como tem participado nas Assembleias Municipais, disponibilizando-se para prestar todos os esclarecimentos necessários, o que acredita irá continuar a acontecer esta no futuro..-----

----- Finalmente, sendo 16,15 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura,

desejando um bom fim de semana a todos, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

----- O Presidente:

[Handwritten signature]

----- O Primeiro Secretário:

José Maria Maia Fernandes

----- A Segunda Secretária:

Fátima do Carmo Jesus Cantanhede

